



POR UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA TRANSFORMADORA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES A PARTIR DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA, LUGAR E CIDADE.

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da (UFC)

dugeografo@hotmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1204-6626>

Artigo recebido em 23/03/2019 e aceito em 01/07/2019

RESUMO: Os conceitos de Memória, Lugar e Cidade são cada vez mais importantes no período atual e para o ensino de Geografia. A formação do professor passa pela apreensão e pelo conhecimento do lugar enquanto instância propícia às descobertas e ações no contexto urbano, em que a memória também exerce um papel relevante. Desta maneira, o objetivo principal do texto é uma discussão, baseada metodologicamente em uma pesquisa bibliográfica e de análise em torno dos três conceitos já mencionados – Memória, Lugar, Cidade – no contexto da formação profissional e do campo de trabalho do professor de Geografia, apontando caminhos possíveis para a realização do que se designa aqui de Pedagogia da existência. Destaca-se a necessidade de análise na escola, de uma educação geográfica centrada nos saberes dos alunos, do seu cotidiano no lugar, considerando a esfera da proximidade, da vizinhança, do (re)conhecimento e da horizontalidade das relações afetivas entre os grupos dos quais participam, entendidas como caminho para o alcance de uma consciência crítica sobre a realidade a fim de transformá-la.

Palavras-chave: Educação Geográfica; Memória; Lugar; Cidade; Pedagogia da existência

FOR A GEOGRAPHICAL TRANSFORMER EDUCATION: NOTES AND REFLECTIONS FROM THE CONCEPTS OF MEMORY, PLACE AND CITY.

ABSTRACT: The concepts of Memory, Place and City are increasingly important and current for the teaching of Geography. The formation of the teacher passes through the apprehension and the knowledge of the place as a propitious instance for discoveries and actions in the urban context, in which memory also plays a relevant. In this way, the main objective of the text is a discussion, methodologically based on a bibliographical research and analysis around the three concepts already mentioned – Memory, Place, City – in the context of vocational training and the field of work of the Geography teacher, pointing out possible ways for the realization of what is here referred to as the pedagogy of existence. It is necessary to analyze in the school, a geographic education focused on the students' knowledge, of their daily life in the place, considering the sphere of proximity, neighborhood, recognition and horizontality of the affective relations between the groups in which they participate, understood as a way to reach a critical consciousness about reality in order to transform it.

Keywords: Geographical Education; Memory; Place; City; Pedagogy of existence.

1. PRÓLOGO

“A realidade é, [também] tudo aquilo em que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que a nós mesmos nos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas, das decisões e das lutas” (Alfred Schmidt, 1986).

Atividade característica dos humanos, o ato de lembrar era atribuído pelos antigos gregos a Titânide Mnemósine – a Memória. Seduzida por Zeus, deu à luz a nove filhas chamadas de Musas. Era filha do Céu (Urano) e da Terra (Gaia) e irmã do Tempo (Cronos), sendo a responsável por unir os lados do abismo que existia entre passado e presente, levando o homem ao conhecimento pleno de suas raízes ancestrais.

Manter vivo os laços com o passado é uma tarefa cada vez mais importante nos dias atuais, visto que a sociedade em que vivemos é cotidianamente atingida por informações e imagens de todo o gênero. Não há como processar e assimilar toda esta quantidade de informações e imagens, sendo apenas algumas filtradas pelos indivíduos.

Trazendo o mito para a realidade atual, observa-se que a Mnemósine teria dificuldade em realizar sua tarefa, já que passado e presente se distanciam ininterruptamente, pois hoje é o presente que assume todo o espaço e se dá como representação global do tempo [...] que se substitui à profundidade da duração (SUE, 1994 *apud* SANTOS, 2002). Ou seja, o sujeito urbano “preso” em meio às imagens e objetos de diversas ordens, perde alguns de seus principais referenciais pretéritos. Sendo assim, a memória torna-se importante ferramenta metodológica para estudos de ordem histórica, geográfica e antropológica no que tange a indivíduos e lugares, daí reside sua relevância enquanto tema para utilização nas aulas de Geografia.

O lugar, enquanto conceito-chave da Geografia deve ser concebido não somente por uma dimensão cultural-simbólica, mas também a partir de sua articulação com o mundo pelas práticas espaciais. O professor de Geografia precisa estar preparado para apresentar ao aluno esta acepção. Da mesma forma que, a noção de cidade, para fins deste trabalho, não deva estar separada da de memória e lugar, já que “a memória na/da cidade é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar” (ABREU, 2014, p. 33).

O objetivo principal do texto é a discussão, baseada metodologicamente em uma pesquisa de revisão analítica dos três conceitos, a nosso ver indissociáveis e já mencionados – memória, lugar, cidade – no contexto da formação profissional e do campo de trabalho do professor de Geografia, apontando caminhos possíveis para a realização do que se designa aqui de pedagogia da existência.

Desta forma, o texto se estrutura da seguinte maneira: o primeiro ponto versa sobre a formação do professor de Geografia frente a um mundo cada vez mais interconectado, de informações velozes e acontecimentos que interferem nos valores morais e éticos que ameaçam as novas gerações. Em um segundo momento, as categorias ‘memória’ e ‘cidade’ são discutidas e inter-relacionadas enquanto conteúdos para as aulas de Geografia. Logo depois, é abordada a importância do conceito de lugar em sua relação com a cidade para o alcance de uma prática educativa geográfica. Por fim, explana-se a ideia de uma pedagogia da existência, crítica e transformadora da realidade do aluno a partir da Geografia e sua docência, para além dos limites da escola, como ensinamento para a vida.

2. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NAS ERAS DA INFORMAÇÃO E DA INDETERMINAÇÃO

É necessário iniciar esta discussão alertando sobre as características tortuosas do atual período histórico de desenvolvimento capitalista. Há no presente uma aceleração da História (NORA, 1993), nas palavras de Santos (2002), esta rapidez histórica é realizada através do meio geográfico, que tende a ser universal com a consolidação do chamado meio técnico-científico-infomacional, sendo assim, uma contemporaneidade simultânea e compulsória. Giddens (1989) se referiu a um “esvaziamento do tempo”, Virilio (1993) chegou mesmo a anunciar a morte do espaço. Harvey (2014) discorreu sobre o que denominou de “compressão espaço-tempo”, chamando atenção para as mudanças organizacionais da economia de mercado, como a emergência de novas modalidades de acumulação do capital.

A famosa passagem do Manifesto Comunista de Marx e Engels (2003), de que “tudo que era sólido se evapora no ar”, ainda continua a ter efeito na atualidade, já que sintetiza a aceleração temporal, presente no esfacelamento das relações sociais, na fragilização do trabalho diante do poder do capital e na ideologia oriunda e disseminada por atores hegemônicos, centrada na mercadoria e no consumo. Suas repercussões são nefastas, representadas, na

atualidade, pela generalização planetária das desigualdades sociais, pela crise existencial, pela desordem geopolítica e pelo caos ambiental sem precedentes.

Sendo assim, o professor de Geografia precisa estar preparado para enfrentar a complexidade do mundo, que é confuso e confusamente percebido (SANTOS, 2000). Os desafios da formação do professor, neste contexto, são enormes, até por que “a Geografia é uma disciplina escolar que possui seus objetos de aprendizagem e núcleos conceituais a partir de uma abordagem filosófica comprometida com a realidade social” (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p. 05). A Geografia Escolar, com base na ciência geográfica, deve ser entendida pelo viés histórico-analítico da produção espacial, em suas dimensões materiais e ideológicas. Enquanto disciplina escolar ela deve ser mais que um amontoado de informações sobre o mundo repassadas aos estudantes, possui a tarefa precípua de fazer com que o aluno se reconheça enquanto sujeito que participa e tem a capacidade de poder interferir no espaço e mudar a História.

Lyotard (2009, p. 05), ao falar sobre o *Saber* nas sociedades informatizadas, afirma que ele [o saber] “é e será produzido para ser vendido, ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu valor de uso”. O saber, nesta perspectiva, é um forte fator de diferenciação entre classes¹ e nações, já que se constitui numa grande força produtiva capitalista. Os currículos de Geografia, enquanto caminhos para o saber, não podem menosprezar estas transformações da *Era da Informação*², precisam ser críticos a ponto de contestar quem se beneficia deste paradigma, por isso devem ser discutidos e revisados periodicamente, auxiliando na aproximação da Geografia que se ensina na escola com os aportes conceituais e metodológicos discutidos, disseminados e atualizados nas universidades.

O ensino da Geografia deve estar atento à crescente financeirização do capital e de como ele afeta as relações sociais de produção no espaço. A pulverização da centralidade do trabalho causa assim um impacto gigantesco na política, antes determinada pelas tolerâncias e pelo reconhecimento dos Direitos Humanos. Oliveira (2007) chamou isso de a *Era da*

¹ Marilena Chauí (2016, p. 56-57) chamou essa diferenciação de *ideologia da competência*, que serve, “como toda ideologia, para ocultar a divisão social das classes, mas com a peculiaridade de afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas)”.

² O termo "Era da informação", descrito e analisado por Castells (2009) é explicado pelo conjunto de eventos que, segundo ele, assinalam o fim da era industrial e o surgimento de outra, derivada de uma revolução tecnológica localizada nas últimas duas décadas século passado. Esta revolução tem como essência, um paradigma centrado no desenvolvimento das tecnologias informacionais e de comunicação. Neste paradigma, a aplicação do conhecimento e o processamento da informação são os elementos primígenos dos processos produtivos.

Indeterminação, período caracterizado pelas novas intolerâncias, tensões longamente acumuladas e racismos adormecidos, sobretudo no pós-11 de setembro de 2001. A era da indeterminação é de interesse da Geografia e de seu ensino, já que tais tensões se reproduzem no espaço: protestos, manifestações, migrações, segregações, assassinatos, injustiças, são problemáticas que precisam ser discutidas dentro e fora de sala de aula e contextualizadas no movimento dinâmico da sociedade no espaço.

Um dos principais gargalos na formação do professor de Geografia é fazer uma conexão entre os conteúdos estabelecidos – que não devem ser estanques – e o contexto em que os estudantes estão inseridos, que vão desde suas relações familiares, vida urbana, visões de mundo e dimensão cultural local até suas condições econômicas de produção de suas existências. Para Pérez e Fernandes (2008 *apud* CALLAI, 2010), o controle da informação e dos meios de comunicação na sociedade urbana e global favorece o florescimento de uma cultura da superficialidade, o que provoca uma visão simplista do mundo. Como nos alertou Santos (2000, p. 112), “nas condições atuais, o movimento determinante, com tendência a uma difusão avassaladora, é o da criação da ordem da racionalidade pragmática, enquanto a produção do espaço banal é residual”. A escola precisa suscitar discussões em torno dessa racionalidade pragmática, já que ela penetrou no ambiente escolar, interferindo na própria função social da escola e, mais especificamente, nas relações ensino-aprendizagem da Geografia.

3. MEMÓRIA E CIDADE: CONTEÚDOS PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA

Os relatos orais, fundamentais para o registro da memória, passaram a adquirir maior destaque na medida em que se percebeu que os mesmos possibilitam analisar representações simbólicas socialmente construídas no tempo e no espaço. A oralidade constitui “espaço essencial da comunidade, pois, numa sociedade não existe comunicação sem oralidade, mesmo quando a sociedade dá grande valor à escrita para a memorização da tradição e circulação do saber” (CERTEAU; GIARD, 1996, p. 336). Cabe ao professor explorar, em suas avaliações, por exemplo, a força dos relatos orais e da memória nas aulas de Geografia em sua relação com os conceitos-chave, como no caso da paisagem e do lugar. Os alunos e, sobretudo suas famílias, possuem uma história, realizada no espaço.

O espaço representado pela paisagem e pelo lugar tem sido modificado numa velocidade alucinante. Para Lowenthal (1985 *apud* HOLZER, 1996, p. 115), a “memória é matéria-prima,

é inescusável, ela se refere ao processo e os resíduos dos processos estão aí, na forma de artefatos ou de ambiente natural, para serem revisitados, reaproveitados, reinterpretados”. É a partir da memória que se pode recuperar lembranças individuais e coletivas, o que permite a descrição e a análise dos agentes transformadores da paisagem e as modificações nas relações sociais presentes no lugar, sejam estes equivalentes à escala de um país, cidade ou bairro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, em seu terceiro e quarto ciclos, diz que “as percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico” (BRASIL, 1998, p. 27).

O estudo sobre a memória no meio urbano é outro aspecto que se deve levar em consideração, tornando-se necessário aos estudos geográficos. Segundo Holzer (1996, p.114) “a paisagem [e o lugar] são expressões da ação do homem sobre a natureza, e por extensão, um receptáculo de memória”. Abreu (2014, p. 43) afirma que a memória urbana e a memória da cidade dizem respeito não a capacidade de lembrar dos indivíduos ou grupos, “mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade”. As experiências pretéritas sobre determinado lugar possuem caráter geográfico irrestrito, pois remontam um quebra-cabeça que é a chave para se entender as relações sócio-espaciais na atualidade.

Assim, não é possível apenas pensar a cidade como quadro físico, visto que ela é dotada de intencionalidades³ dos grupos humanos, que a molda a partir de suas vontades e interesses. A cidade é composta por imagens diversas, elementos que unem certo número de pessoas propiciando a criação de múltiplas representações, que podem ser coletivas ou individuais. As mudanças socioeconômicas e culturais criam marcas no meio urbano, traduzidas por imagens que têm como significado o conjunto de valores, hábitos, desejos que unem através dos tempos, o cotidiano de homens e mulheres.

Toda cidade é como um palimpsesto, cada desaparecimento, cada paisagem que sumiu, ressurgiu pela lembrança, ou aparece através de um signo que permanece capaz de fazer surgir, de recompor na memória o que se foi. Por isso toda construção no espaço urbano é capaz de expressar um pensamento, um sentimento, de carga simbólica, que por sua vez comporta representações múltiplas.

³ O conceito de intencionalidade nasce da relação entre objetos e ações, ou seja, toda e qualquer ação humana no espaço possui alguma intenção, por isso, “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga à intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território” (SANTOS, 2002, p. 94).

É preciso diferenciar ‘urbano’ de ‘cidade’: o urbano tem a ver com o subjetivo, o simbólico, o que está por trás da paisagem urbana que compõe a cidade. Rodrigues (2010, p. 79), apoiada em Lefebvre, diz que o urbano deve ser “caracterizado como modo de vida, que atinge áreas rurais e urbanas, já a cidade é uma forma espacial, lugar de concentração, que difunde o urbano, sendo, portanto, um centro de decisão política”. A cidade e o urbano são temas de extrema relevância na escola, pois permitem aos alunos ter múltiplas possibilidades de confrontos entre as diferentes imagens e concepções cidadinas, as do cotidiano e as científicas. A partir dessas visões, o aluno poderá criar as estratégias de participar da vida urbana, os professores devem ter a capacidade de mostrar aos alunos a cidade numa perspectiva crítica da realidade, na “busca de atingir a essência pela compreensão do fenômeno, pois sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível (KOSÍK, 2002, p. 16). O que há por trás dos edifícios das grandes cidades? Por que existem shopping centers? Por que cidade possui uma paisagem urbana tão desigual? Qual a importância dos rios e dos aquíferos para a cidade? A violência urbana tem suas causas aonde? São algumas das indagações que o professor de Geografia precisa suscitar nos alunos.

É preciso, também, que se diga aos alunos, que a memória coletiva é um cimento essencial para a sobrevivência das sociedades ou como afirma Halbwachs (2003), a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínua, que se transforma, portanto é viva. Carlos (2007a, p. 43) alerta que o espaço e o tempo obedecem a uma ordem despótica, severa, imposta: “tempo associado ao ritmo do processo de trabalho, preso a um calendário rígido e o espaço dominado por fluxos de mercadorias, capitais e informações. Ao se reproduzirem, destroem referências urbanas e, como conseqüência, a memória social”. De fato, a veloz transformação dos lugares urbanos pelo movimento do capital tem uma força destrutiva da memória, até por que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2003, p. 170).

4. A CATEGORIA LUGAR E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE: ELEMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA CRÍTICA

Ainda é muito corriqueiro na educação geográfica nas escolas brasileiras conceber o conceito de lugar enquanto um ponto no espaço, relacionado à localização, herança da escola clássica francesa, em que a Geografia era concebida por La Blache como ciência dos lugares e não necessariamente dos grupos humanos. O lugar não pode ser confundido com o local, para

Chaveiro (2014, p. 267) “o lugar é o movimento social, histórico, cultural, simbólico vestido – e investido – no cotidiano, o local é uma referência pontual cartográfica, assinalada por coordenadas, referência geodésica”. Decerto, é preciso levar em consideração os sentimentos, as manifestações culturais, a subjetividade e a apropriação do espaço, quando se fala do lugar.

O espaço geográfico é repleto de lugares de todo tipo, com paisagens diversas: edifícios, avenidas, viadutos, pontes, favelas, plantações, planícies alagadas, usinas, indústrias são alguns elementos que se encontram espalhados pelo mundo. O fato é que todos esses lugares são vividos, experienciados e transformados pelos grupos sociais que habitam neles. Por isso que Carlos (2007a, p. 14) afirma que “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. É preciso dizer que um dos maiores desafios do ensino da Geografia é conceber o lugar enquanto totalidade, em sua articulação com o mundo, deixando a abstração de lado.

Existem duas acepções, bem delimitadas, sobre a categoria lugar consagradas na Geografia, uma ligada ao paradigma Humanista com sua dimensão simbólica-cultural, outra atrelada ao paradigma Crítico, de matriz marxista, entendida como construção social, a partir do par dialético singularidade/universalidade. O entendimento de lugar para a Geografia Humanista aparece principalmente como resultado da experiência humana. Segundo Holzer (1996, p.113) o “lugar pode ser definido como um conjunto complexo, enraizado no passado e incrementando-se com a passagem do tempo, com o acúmulo de experiências e sentimentos”. Assim, o lugar seria entendido pela maneira como as pessoas o percebem e lhe dão significado, que por sua vez é constituído e apreendido nas relações cotidianas.

Para a geógrafa Anne Buttimer, o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas (BUTTIMER, 1985). Neste sentido, o lugar é caracterizado como um “mundo de significado organizado” (TUAN, 2013, p. 219). É nele que deve existir uma sensação de familiaridade entre os indivíduos e de enraizamento para com o ambiente circundante, disso decorre sua forte carga subjetiva. Para Relph (2014, p. 31),

Lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser concebido no bairro; não é apenas distinção e apreciação de fragmentos de geografia. O núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextrincáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco.

A compreensão lugar-sujeito, de acordo com Relph, vai além de uma análise apenas objetiva, sendo importante a dimensão da experiência vivida, existencial em sua relação com o

mundo, sempre pela subjetividade e pelo sentimento de pertencimento. A identidade e a estabilidade são a base para a construção do lugar segundo autores como Relph e Tuan. O sentimento de pertencimento a partir de experiências intersubjetivas são características determinantes para se consolidar a identidade, como já destacou Relph (1976). Já a estabilidade segundo Tuan (1979) está centrada na segurança proporcionada pelo lugar conhecido.

Pelo exposto até aqui, fica claro que o lugar, numa perspectiva Humanista, é concebido enquanto espaço vivido, apropriado pelos grupos sociais a partir da experiência intersubjetiva, da identidade e da estabilidade. Outra acepção concebe o lugar enquanto construção social, produto do processo histórico em sua articulação com o mundo. Uma dialética entre o singular e o universal. Como afirma Santos (2000, p. 112), “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”. Esse entendimento remete o lugar enquanto totalidade, já que ele não é um fragmento ou parte do mundo, ele é o mundo em movimento, em sua dinâmica.

O lugar é tanto produto de uma dinâmica única, resultante de características particulares culturais e históricas, quanto da influência implacável dos vetores do grande capital global. Desta forma, compreender o lugar passa por ir além das aparências, sendo preciso desvelar as contradições impostas pelo movimento da globalização.

Para Carlos (2007a, p. 17) “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante–identidade–lugar”. Dito isto, o lugar é uma construção, oriunda das relações sociais que se realizam sob certas circunstâncias. O lugar possibilita as condições para a realização da vida cotidiana, que “faz parte do *centro* do acontecer histórico, sendo a verdadeira *essência* da substância social. Os acontecimentos históricos não cotidianos partem da vida cotidiana e a ela retornam” (HELLER, 2004, p. 20). O cotidiano e a vida cotidiana, realizadas no lugar, são sem dúvida, instâncias propícias à descoberta e à criatividade do pensamento e das ações humanas.

Ainda nesta concepção, o lugar se define como funcionalização do mundo e é por ele que o mundo é percebido empiricamente (SANTOS, 2005). As ações hegemônicas da globalização permitem que elementos universais atinjam todos os lugares, mesmo que de formas diferenciadas, seja através de objetos técnicos, consumo, ou através da informação instantânea.

Pelo exposto, para a corrente Crítica da Geografia, o lugar constitui uma dimensão real, concreta e histórica. Mas até que ponto essas duas acepções de lugar – a Humanista e a Crítica

– se cruzam? Elas devem ser dicotomizadas? Para responder a essas questões é preciso compreender a visão de Livia de Oliveira e Milton Santos. A primeira filiada à corrente Humanista da Geografia e o segundo ligado mais a corrente Crítica da Geografia, de caráter renovado.

Oliveira (2014, p. 18-19) ao falar sobre o *sentido de lugar*, afirma que é ele “experenciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior”. Percebe-se que ela valoriza a dimensão histórica, social e concreta do lugar, embora a dimensão subjetiva e existencial seja preponderante em sua obra.

Santos (2000, p. 114) admite que o lugar “não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro”. Partindo desta afirmação, pode-se inferir que não há o desprezo pela noção de lugar enquanto experiência, enquanto espaço vivido, no entanto essa noção se articula à ideia de transformação social do presente e do futuro. É possível, portanto, perceber aproximações em torno do conceito de lugar por essas duas correntes da Geografia. Como isso se processa na escola? Como o professor de Geografia pode trabalhar essas questões?

Primeiro é necessário compreender o entendimento de cidade, recorte espacial escolhido aqui para tratar do lugar. Foi falado já que a cidade é uma forma espacial que difunde o urbano. Certeau (1994, p. 174) afirma que a cidade é um “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade”. Para Carlos (2007b, p. 20), a cidade pode ser compreendida como “construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza”. Essa construção humana de que fala Carlos é um processo antigo, derivado de interesses e estratégias de certos grupos sociais em se apropriar de territórios na cidade.

No campo da educação geográfica é possível fazer uma aproximação ainda maior das acepções de lugar descritas até aqui, tomando como referência a cidade. Isto por que a experiência vivida no lugar não se separa da sua dialética com o mundo, e também, por que a experiência exige uma atitude perante a racionalidade dominante que se impõe nas cidades.

A análise do lugar como experiência/vivência cotidiana do estudante permite a ele uma maior compreensão da realidade social a sua volta e uma maior percepção sobre o que acontece

no mundo. São nos lugares da cidade que as manifestações de identidade e resistência se realizam, são espaços não apenas de circulação e passagem, mas de reivindicação, prontos a serem explorados. Cabe ao professor mostrar esses caminhos aos seus alunos.

A compreensão do lugar vivido pelo aluno, com todas as suas contradições, expressas nas formas e nas práticas urbanas, permite a possibilidade da formação de um sujeito/cidadão não somente crítico, como capaz de “intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente se adaptar a ela” (FREIRE, 1996, p. 77). Desta forma,

O espaço considerado como território e lugar é historicamente produzido pelo homem à medida que organiza econômica e socialmente sua sociedade. A percepção espacial de cada indivíduo ou sociedade é também marcada por laços afetivos e referências socioculturais. Nessa perspectiva, a historicidade enfoca o homem como sujeito produtor desse espaço, um homem social e cultural, situado além e mediante a perspectiva econômica e política, que imprime seus valores no processo de produção de seu espaço (BRASIL, 1998, p. 27).

Faz-se mister dizer que o papel da Geografia Escolar é tratar dos processos e fenômenos espaciais em suas relações temporais transescalares, reconhecendo a existência – tantas vezes inter-relacionada – de uma “Geografia material”, concreta, representada pela disposição dos objetos e seres na superfície do planeta e de um “discurso geográfico”, resultado das representações elaboradas pelos grupos humanos acerca dessa realidade (MORAES, 2005). Nesta perspectiva, o lugar na cidade aparece tanto como experiência vivida como também enquanto construção social, possibilitando aos alunos se perceberem como agentes atuantes na relação com os objetos e críticos em relação aos discursos produzidos acerca dessa materialidade.

5. A GEOGRAFIA E OS SEUS PROFESSORES: CRÍTICA E TRANSFORMAÇÃO ATRAVÉS DE UMA PEDAGOGIA DA EXISTÊNCIA

Primeiramente é preciso deixar claro a ideia aqui de Pedagogia da existência, um tanto divergente daquela defendida por Saviani (2009), sinônimo da chamada Escola Nova, paradigma educacional que se caracteriza por um processo pedagógico ligado aos aspectos mais emocionais, espontâneos e de criatividade dos alunos na escola. A conotação aqui proposta, oriunda do materialismo histórico, parte da ideia da própria compreensão do que é o sujeito, de como se dá a construção de seu saber, representado pelas interações dos grupos sociais e de

suas relações com o ambiente, ou seja, pela capacidade de produzir suas condições de existência (material e ideal), mediada pelo trabalho. Assim, o homem, “atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 1988, p. 142). A sociedade, portanto, exerce controle sobre a natureza, modificando a si própria. Esse movimento é histórico.

Desta forma, os grupos humanos constroem sua própria história, dentro de certas limitações estabelecidas pelas condições de seu desenvolvimento, condições estas profundamente atingidas pelas relações econômicas, ligadas a uma etapa específica do modo de produção capitalista.

O professor de Geografia, imerso em uma era confusa, cuja informação é despótica e veloz, tem a tarefa precípua de despertar no aluno uma visão crítica sobre o mundo a partir do lugar, das suas condições de existência, já que “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2005, p. 161). Esta possibilidade de tomada de consciência se dá no cotidiano e a escola tem um papel a cumprir nesta esfera.

Se o lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência como nos aponta Certeau (1994), o ensino de Geografia deve pressupor a construção de valores voltados à tolerância e ao diálogo com os diferentes, ao não conformismo com as injustiças, sempre com posicionamentos críticos em relação ao que é imposto, já que a “mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o sonho” (FREIRE, 1996, p. 79).

A consolidação de práticas que estimulem os alunos à aprendizagem geográfica não é uma tarefa das mais simples, ela é um processo, construído no cotidiano, sendo o professor um mediador, de modo a auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades cognitivas. Assim,

o espaço da escola é um espaço de formação, não só dos alunos, mas também dos professores. Além de ser um espaço formativo para professores por veicular conhecimentos e informações, por induzir, por orientar comportamentos das pessoas que ali estão no cotidiano, ela é um espaço no qual a formação profissional mais sistematizada pode ocorrer (CAVALCANTI, 2006, p. 46).

Destarte, os alunos precisam aprender a ter posicionamentos críticos na escola e acerca da realidade social em que vivem, é preciso dar voz a eles, já que o conhecimento no processo de ensino-aprendizagem é uma troca de saberes. O professor deve apontar os caminhos para que o aluno problematize a realidade social circundante em sua conexão com o mundo,

permitindo o exercício da apreensão das categorias geográficas através do lugar, chegando à novas descobertas até atingir uma consciência.

Portanto, a ideia de pedagogia da existência, proposta aqui, ultrapassa os limites físicos da escola e se atrela também à prática cotidiana do aluno em outras esferas de sua vida – sobretudo aqueles em condições materiais degradantes – que excluído de uma racionalidade dominante dos vetores do grande capital, pode realizar o mundo à sua maneira, produzindo contra-racionalidades (SANTOS, 2002), uma nova forma de agir no mundo, sempre, através do lugar. Segundo Freire (2016, p. 65),

quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Os espaços urbanos, lugares por excelência dos oprimidos, com sua multiculturalidade, são permeados de imagens e valores articulados a processos globais, a descoberta no/do lugar é exaltada pela experiência. Nas periferias dos grandes centros, milhões sobrevivem na dificuldade e não são considerados cidadãos, pois não usufruem das benesses do urbano e não possuem o direito à cidade.

Os pobres urbanos fazem parte do tempo lento (SANTOS, 2002), em cidades grandes é possível identificar essa lentidão quando olhamos os espaços marginais. A vida nesses lugares ocorre nos seus ritmos genuínos, as cadeiras nas calçadas, as brincadeiras de rua, as trocas e experiências culturais, as relações de vizinhança bem próximas, mas concomitantemente, existe a violência, o tráfico de drogas, o que gera a reclusão de indivíduos em suas próprias casas. É preciso que o professor de Geografia vivencie e contextualize essa realidade com os alunos pelo diálogo.

O espaço urbano é o lugar, é o palco das realizações humanas, por isso é nele que os indivíduos podem criar mecanismos contra o que é imposto pelo capitalismo dominante, já que o movimento da globalização é um entrave para a geração da consciência. Olhar para o passado geográfico, representado pelas formas, não significa virar as costas para o futuro, já que a memória dá sustentáculo ao porvir. Para Santos (2000, p. 116) “é fundamental viver a própria existência como algo unitário e verdadeiro [...], já que a resistência é um exercício permanente de pensar o futuro. Desta forma, a existência é produtora de sua própria pedagogia”. E é na cidade que, professores e alunos podem se reconhecer no mundo, pois é no cotidiano, vivido

no lugar que o mundo pode ganhar sentido, já que simultaneamente o local se opõe ao global e se confunde com ele.

6. EPÍLOGO

O texto, ora aqui apresentado, trouxe à tona temas que o professor de Geografia precisa estar atento. Sua formação deve passar pelo conhecimento geográfico em sua integralidade, seus paradigmas, suas funções ideológicas e, sobretudo, pela compreensão das relações sociais processadas no espaço, na articulação dialética lugar/mundo. Dito isto, o professor de Geografia, diante de um mundo caótico, desigual e onde a ‘violência da informação’ impera, precisa desenvolver nos alunos a capacidade de pesquisar, observar, refletir, criticar, ter iniciativa e se socializar.

O geógrafo da escola precisa ser um pesquisador do lugar, e a partir de conceitos, ferramentas e exemplos sobre o espaço geográfico, interpretar e desvelar as diversas geografias do lugar, a partir da memória na cidade e da produção da existência dos alunos, reinventado uma pedagogia geográfica no cotidiano. Conhecer o lugar de vivência dos alunos, como se processam suas relações a partir do lugar é uma das condições para tornar os conteúdos geográficos significativos para a vida deles.

Existem saberes que o professor de Geografia deve sempre levar em consideração na construção do conhecimento na escola: os ligados a experiência dos alunos; aqueles relacionados à ciência geográfica, entendidos como construção histórica, devidamente contextualizados; e os saberes pedagógicos, enquanto métodos de ensino, sua operacionalização, didáticas e metodologias.

Destaca-se ainda a necessidade de análise na escola, dos saberes dos alunos, seu cotidiano no lugar, considerando a esfera da proximidade, da vizinhança, do (re)conhecimento e da horizontalidade das relações afetivas entre os grupos dos quais participam, entendidas como caminho para alcance da consciência. É preciso aprofundar os estudos sobre a memória e o cotidiano geográficos, pois estes se transformam numa instância cada vez mais rica e salutar para serem analisados, visto que o mundo torna-se cada vez mais globalizado e a memória e o cotidiano realizados no lugar urbano, em alguns casos, podem se traduzir como elementos contrários desse movimento homogeneizante.

O ensinamento de Milton Santos serve à educação geográfica que se pretende libertadora: “a consciência *pele lugar* se superpõe à consciência *no lugar*. A noção de espaço

desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história” (SANTOS, 2002, p. 330). Essa nova história constitui um caminho para um novo modo de ver o mundo, o que pode suscitar novas e solidárias práticas espaciais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-54.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Geografia/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUTTNER, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. (Org.). **Teoría y Método en la Geografía Anglosajona**. Barcelona, Ariel Geografía, 1985. 272p.

CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, E. M. B.; MORAES, L. B. **Formação de Professores: Conteúdos e Metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 15-38.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007a.

Disponível em: <

http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf> Acesso em: 16 ago. 2017. 85p.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007b. v. 1. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em 3 jun. 2017. 123p.

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Idéias em Ação, coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho). 161p.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 698p.

CAVALCANTI, L. S. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: ROSA, D. E. G. *et al.* (Org.). **Formação de Professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: E.V., 2006. p. 27-50.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.

CERTEAU, M.; GIARD, L. Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 335 - 342.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2016. (Escritos de Marilena Chauí, 3).

CHAVEIRO, E. F. Corporeidade e Lugar: Elos da Produção da Existência. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 249-279.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura). 150p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 252p.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003. 224p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 352p.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 158p.

HOLZER, W. Memórias de Viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. In: **II Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem**. Bauru, p. 111-122, 1996. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_3/werther%20holzer.pdf>. Acesso em 02 Mar. 2017.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 250p.

LYOTARD, J. F. **A Condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 131p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. I, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. (Coleção Os Economistas).

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. 68p.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

OLIVEIRA, F. Das invenções à indeterminação. Política numa era da indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 3-16.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pilon, 1976. 156p.

_____. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 17-32.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Conceito e definição de cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2010. 340p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos; 1). 384p.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Coleção Milton Santos; 7). 170p.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41 ed. Campinas: Autores Associados, 2009. 90p.

SCHMIDT, A. **El concepto de natureza en Marx**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986. 244p.

TUAN, Y. F. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S. OLSSON, G. (orgs.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht : Reidel, 1979, pp. 387-427. (Publicado originalmente em: Progress in Geography, [6], pp. 211-252, 1974).

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: EDUEL, 2013. 248p.

VIRILIO, P. **O Espaço Crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993. 124p.